



Comunicado de Imprensa Nº 12/324
PARA DIVULGAÇÃO IMEDIATA
20 de Setembro de 2012

Fundo Monetário Internacional
Washington, D.C. 20431 EUA

Declaração à Conclusão da Missão do FMI para a República Democrática de São Tomé e Príncipe

Uma missão do Fundo Monetário Internacional (FMI) liderada pelo Senhor Ricardo Velloso visitou São Tomé e Príncipe de 14 a 20 de Setembro de 2012 a pedido das autoridades, para analisar a evolução macroeconómica e a execução orçamental em 2012, auxiliar a nível técnico com a preparação do projecto de orçamento de 2013, e dar seguimento a outras necessidades e prioridades de assistência técnica.

O programa económico de médio prazo das autoridades é apoiado pelo Instrumento de Crédito Prolongado (ECF na sigla em inglês)¹ do FMI no montante de DES (Direitos Especiais de Saque) 2,59 milhões (cerca de USD 4 milhões). Esse acordo foi aprovado pelo Conselho de Administração do FMI em 20 de Julho de 2012, e a missão para a primeira revisão do acordo está prevista para Março de 2013 (veja [Comunicado de Imprensa Nº 12/272](#)).

A missão do FMI manteve encontros cordiais e profícuos com o Ministro das Finanças e Cooperação Internacional, Américo Ramos, e a Governadora do Banco Central, Maria do Carmo Silveira, e seus respectivos assessores, bem como com altos funcionários do Governo e representantes do sector privado de São Tomé e Príncipe.

Na conclusão da visita, Ricardo Velloso, Chefe da Missão do FMI para São Tomé e Príncipe, emitiu a seguinte declaração:

“Para 2012, o crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB) continua a ser projectado em 4,5 porcento, embora o risco associado à esta projecção tenha se elevado, reflectindo uma

¹ O Instrumento de Crédito Prolongado (ECF) substituiu o Instrumento de Alívio da Pobreza e Promoção de Crescimento (PRGF) como principal instrumento do FMI de apoio financeiro aos países de baixo rendimento. Este instrumento garante um maior nível de acesso ao financiamento, mais termos concessionais, maior flexibilidade na concepção do programa, e condicionalidade mais simplificada. Actualmente, o financiamento ao abrigo do ECF tem uma taxa de juro zero, um período de carência de 5,5 anos, e um prazo de maturidade final de 10 anos.

execução de projectos abaixo da esperada devido a dificuldades persistentes de financiamento. A taxa de inflação homóloga seguiu até recentemente uma trajectória descendente e situou-se em 8 porcento em Abril de 2012, o nível mais baixo registado nos últimos dez anos. No entanto, a taxa de inflação homóloga subiu para 11,4 porcento em Agosto de 2012, devido às fortes chuvas que prejudicaram o fornecimento de produtos perecíveis (o preço das frutas e legumes produzidos internamente aumentou em mais de 40 porcento nos meses de Junho e Julho). Como consequência desse aumento temporário do preço dos alimentos, a taxa de inflação anual poderá atingir a faixa de 9-10 porcento, ligeiramente superior à taxa de inflação de 8 porcento projectada inicialmente.

“A missão do FMI elogiou as autoridades pelo seu empenho na preservação da arduamente conquistada prudência fiscal. A execução orçamental no primeiro semestre de 2012 foi consistente com as metas do programa para o ano como um todo. Um controle rígido sobre os gastos não prioritários compensou o desempenho abaixo do esperado das receitas fiscais, devido ao enfraquecimento da actividade económica. Igualmente importante, o governo continuou a evitar empréstimos comerciais e a buscar doações e empréstimos altamente concessionais para financiar os programas de desenvolvimento de São Tomé e Príncipe, tendo em conta a posição ainda frágil da dívida externa.

“A missão do FMI aconselhou as autoridades no sentido de continuar a gerir com prudência a execução orçamental no restante de 2012, e a acelerar os esforços para obter doações para o financiamento do orçamento de 2012 nos níveis inicialmente previstos. Além disso, a missão aconselhou as autoridades a preparar um projecto de orçamento para 2013 com base em premissas conservadoras, dado que, infelizmente, o ambiente externo provavelmente permanecerá desafiador. A missão do FMI também aconselhou a inclusão na proposta orçamentária de 2013 de medidas que visem o controlo de gastos não prioritários e o alargamento da base de tributação.

“A missão do FMI notou algum progresso na abordagem da questão do atraso de pagamentos cruzados entre o Tesouro, a empresa pública de água e electricidade, EMAE, e a companhia importadora de produtos petrolíferos, ENCO. No entanto, a missão sublinhou a importância de se encontrar uma solução duradoura, credível e negociada à esta antiga questão. A elaboração de tal plano é uma meta estrutural para fins de Dezembro de 2012 no âmbito do acordo ECF.”